



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 23, DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2014 - Complementar, do Senador Alvaro Dias, que Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de instituições oficiais de crédito que tenham como contraparte Estados estrangeiros.

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz

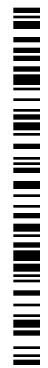
RELATOR: Senador Styvenson Valentim

21 de Maio de 2019



PARECER N° , DE 2019

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS,
sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2014
– Complementar, que *altera o art. 1º da Lei
Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para
extinguir o sigilo bancário nas operações ativas de
instituições oficiais de crédito que tenham como
contraparte Estados estrangeiros.*



SF/19105.93857-94

RELATOR: Senador **STYVENSON VALENTIM**

I – RELATÓRIO

Submete-se a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 26, de 2014 – Complementar, do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei Complementar nº 105, de 2001, que *dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências*, para estabelecer que não estão protegidas pelo sigilo bancário as operações ativas efetuadas por instituições financeiras controladas por entidades de direito público interno quando a contraparte for Estado estrangeiro ou a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro. Determina ainda que os instrumentos contratuais e eventuais aditivos das referidas operações sejam divulgados em página específica da instituição na rede mundial de computadores e em jornal de grande circulação na praça de sua sede.

Em sua justificação, o nobre autor afirma que as operações bancárias do setor público devem submeter-se ao princípio constitucional da publicidade, devendo impor-se o sigilo bancário como exceção apenas. Ressalta que a transparência nesse tipo de operação em nada afeta a honra e a privacidade do cidadão comum e que o sigilo bancário, como instrumento de proteção da pessoa humana, não deve ser indevidamente estendido para ocultar as operações financeiras do setor público.

SF/19105.93857-94

Destaca também que as instituições oficiais de crédito, a exemplo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), têm recebido recursos subsidiados do Tesouro Nacional, que são repassados na forma de operações de crédito aos tomadores finais e que “os custos do Tesouro Nacional com as emissões que lastreiam esses empréstimos finais têm sido sistematicamente superiores ao retorno que obtém e, o que é mais preocupante, esses custos têm crescido exponencialmente”.

Registra, por fim, que “se existe esse imenso subsídio nas operações de crédito lastreadas em endividamento público, é incompreensível que o benefício seja estendido a outras nações à custa do sofrido contribuinte brasileiro”.

A matéria foi distribuída à Comissão de Relações Exteriores (CRE), onde recebeu parecer favorável com três emendas, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebeu também parecer favorável com aprovação das três emendas apresentadas na CRE, e a esta CAE.

A primeira emenda altera a redação da ementa, para estender a extinção do sigilo bancário a todas as operações de crédito custeadas com recursos públicos; a segunda emenda promove essa alteração na parte dispositiva do PLS, enumerando taxativamente que não estão cobertas pelo sigilo bancário as operações quando (a) a contraparte for Estado estrangeiro, (b) a operação contar com garantia direta ou indireta de Estado estrangeiro; ou (c) tratar-se de operação custeada total ou parcialmente por recursos provenientes de fundos orçamentários ou da concessão de empréstimos à instituição financeira por parte do respectivo ente público controlador. A terceira emenda, por fim, suprime a necessidade de publicação dos contratos em jornal de grande circulação na praça de sua sede, prevista no PLS.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre os aspectos econômicos e financeiros de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente ou deliberação do Plenário.

Entendemos que não há óbices constitucionais ao projeto em análise, pois, nos termos do inciso VII do art. 22 da Constituição Federal (CF), compete à União legislar sobre política de crédito e a matéria relativa ao sigilo

bancário insere-se na competência legislativa da União, nos termos do inciso I do art. 22 da CF.

Ademais, conforme estabelece o inciso XIII do art. 48 da Carta Magna, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações. Ademais, o assunto em tela não figura entre as competências privativas do Presidente da República, previstas nos arts. 61 e 84 de nossa Carta Magna.

O PLS tampouco apresenta óbice no tocante à juridicidade e regimentalidade.

Finalmente, sob o aspecto formal, cabe observar que a matéria não tem implicação direta sobre o sistema tributário e orçamentário, vale dizer, não implica renúncia de receita e nem aumento de despesa fiscal.

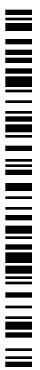
Quanto ao mérito, consideramos que a matéria segue o princípio da publicidade, preceituado no art. 37 da Constituição Federal, por meio do qual todos os atos públicos devem ser de conhecimento geral de forma a que a sociedade possa fiscalizar a ação dos agentes públicos. Assim sendo, a aplicação do sigilo bancário para operações financeiras em que se lança mão de recursos públicos, sobretudo por meio de instituições oficiais de crédito, é insustentável.

O projeto é louvável. O controle do uso de recursos públicos pela administração só é possível mediante absoluta transparência na sua utilização.

Ademais, cabe considerar que uma questão fundamental para o financiamento público é a dotação de poupança necessária no país credor. Dessa forma, países que demandam investimentos externos não deveriam priorizar o financiamento a governos estrangeiros mesmo que por meio do financiamento de empresas privadas. Caberiam a estas demandar no setor privado nacional ou estrangeiro o necessário financiamento para a realização de obras no exterior.

Além disso, o financiamento é voluntário. Contrata o financiamento com o Poder Público aquela empresa ou ente público, nacional ou estrangeiro, que o deseje, submetendo-se por iniciativa própria aos




SF/19105.93857-94

regamentos vigentes para o crédito que pleiteia, não lhe sendo lícito arguir posteriormente o acobertamento do sigilo por qualquer motivo. Se não convém aos seus negócios que seja conhecido de terceiros o favor que então recebe, não contratará o crédito.

Todavia, como apontado nos pareceres da CRE e da CCJ, a publicidade não deve se limitar aos empréstimos a países estrangeiros ou por eles garantidos, pois boa parte dos projetos que são financiados em países estrangeiros decorre de créditos de financiamento à exportação, concedidos a empresas exportadoras brasileiras de bens e serviços, as quais são as tomadoras finais dos empréstimos, não dependendo da garantia formal de países estrangeiros. Portanto, quando houver aplicação de recursos públicos nesse tipo de financiamentos, também deve ser afastado o sigilo bancário.

Igualmente, devemos considerar que qualquer financiamento que tenha como fonte os recursos públicos, assim definidos como os recursos provenientes de aportes diretos ou indiretos do Tesouro do ente público controlador, deve ser tornado transparente. Ao contrário da proposta original, em que a razão da publicidade é o destinatário dos recursos.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela aprovação do PLS nº 26, de 2014 – Complementar, com as Emendas nºs 1, 2 e 3 – CRE.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



Relatório de Registro de Presença
CAE, 21/05/2019 às 10h - 15ª, Ordinária
Comissão de Assuntos Econômicos

| Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PRB, PP) | | |
|--|----------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| EDUARDO BRAGA | 1. RENAN CALHEIROS | |
| MECIAS DE JESUS | 2. JADER BARBALHO | |
| FERNANDO BEZERRA COELHO | 3. DÁRIO BERGER | |
| CONFÚCIO MOURA | 4. MARCELO CASTRO | PRESENTE |
| LUIZ DO CARMO | 5. MARCIO BITTAR | |
| CIRO NOGUEIRA | 6. ESPERIDIÃO AMIN | PRESENTE |
| DANIELLA RIBEIRO | 7. VANDERLAN CARDOSO | |

| Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PSDB, PODE, PSL) | | |
|--|------------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| JOSÉ SERRA | 1. LASIER MARTINS | PRESENTE |
| PLÍNIO VALÉRIO | 2. ELMANO FÉRRER | PRESENTE |
| TASSO JEREISSATI | 3. ORIOVISTO GUIMARÃES | PRESENTE |
| ROSE DE FREITAS | 4. MAJOR OLÍMPIO | PRESENTE |
| STYVENSON VALENTIM | 5. ROBERTO ROCHA | |
| FLÁVIO BOLSONARO | 6. IZALCI LUCAS | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Senado Independente (REDE, PDT, CIDADANIA, PSB) | | |
|--|------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| JORGE KAJURU | 1. LEILA BARROS | PRESENTE |
| VENEZIANO VITAL DO RÊGO | 2. ACIR GURGACZ | |
| KÁTIA ABREU | 3. MARCOS DO VAL | PRESENTE |
| RANDOLFE RODRIGUES | 4. CID GOMES | |
| ALESSANDRO VIEIRA | 5. VAGO | |

| Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) | | |
|--|------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| JEAN PAUL PRATES | 1. PAULO PAIM | PRESENTE |
| RENILDE BULHÕES | 2. JAQUES WAGNER | |
| ROGÉRIO CARVALHO | 3. TELMÁRIO MOTA | PRESENTE |

| PSD | | |
|------------------|-----------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| OMAR AZIZ | 1. ANGELO CORONEL | |
| OTTO ALENCAR | 2. LUCAS BARRETO | |
| IRAJÁ | 3. AROLDE DE OLIVEIRA | PRESENTE |

| Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) | | |
|---|---------------------|----------|
| TITULARES | SUPLENTES | |
| RODRIGO PACHECO | 1. CHICO RODRIGUES | PRESENTE |
| MARCOS ROGÉRIO | 2. ZEQUINHA MARINHO | |
| WELLINGTON FAGUNDES | 3. JORGINHO MELLO | |



Relatório de Registro de Presença

Não Membros Presentes

NELSINHO TRAD
WEVERTON
JUÍZA SELMA
ALVARO DIAS
PAULO ROCHA

DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 26/2014)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM AS EMENDAS NºS 1, 2 E 3 – CRE/CCJ/CAE.

21 de Maio de 2019

Senador OMAR AZIZ

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos